

A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL SOBRE O PRECONCEITO EM RELAÇÃO A ANIMAIS NÃO HUMANOS

LA PERCEPCIÓN DE LOS ALUMNOS DE EDUCACIÓN PRIMARIA SOBRE LOS PREJUICIOS RELACIONADOS CON LOS ANIMALES NO HUMANOS

DOI: 10.18616/lendu.v9i2.9717

Marcello Zapelini Da Rosa¹

marcellozap@bol.com.br

Carlos Renato Carola²

crc@unesc.net

RESUMO

Este artigo surgiu a partir de uma dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). O preconceito em relação a animais não humanos é uma forma de discriminação irracional e hostil expressa por meio de agressões verbais e insultos baseados em nomes de animais, como “seu burro” e “sua anta”, que são observados principalmente no ambiente escolar. Esta pesquisa busca compreender a percepção dos estudantes do ensino fundamental sobre esse tipo de preconceito. A hipótese principal é que os estudantes não concordam com o uso preconceituoso dos nomes dos animais, enquanto a hipótese secundária sugere que eles podem perceber essa prática como um comportamento cultural sem maiores consequências. O estudo envolve duas turmas do 8º ano do ensino fundamental de duas escolas da rede estadual de ensino no município de Criciúma, Santa Catarina, e organiza-se em três capítulos que buscam responder respectivamente aos seguintes objetivos específicos: compreender a relação entre o especismo e a crise ambiental; descrever como os animais não humanos são retratados na literatura e na educação; e analisar as percepções dos estudantes, de duas turmas do 8º ano do ensino fundamental, em relação ao preconceito contra animais. Sendo realizada em duas etapas: uma revisão bibliográfica com fontes secundárias e uma etapa de campo com questionários para análise quantitativa-descritiva dos dados coletados.

PALAVRAS-CHAVE: Animais não humanos; Crise ambiental; Educação; Preconceito animal; Zooliteratura.

1 Graduado em Ciências Biológicas pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc). Especialização em Meio Ambiente e Legislação Ambiental pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) e Master Business Administration (MBA) em Gestão de Segurança de Alimentos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-SC/RJ). Professor de Ciências e Biologia na Escola de Educação Básica Humberto de Campos. Mestre em educação pela Unesc. Doutorando em Educação Unesc através do programa PPGE. Integrante do Polo de Cinema de Criciúma, escreve, produz e atua em filmes de curtas-metragens. Escritor de livros infantis com temáticas ecológicas.

2 Doutor em Educação e professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc).

RESUMEN

Este artículo tiene su origen em uma tesis de maestria presentada al Programa de Posgrado en Educación de la Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). El prejuicio contra los animales no humanos es una forma de discriminación irracional y hostil que se expresa mediante agresiones verbales e insultos basados en nombres de animales, como «burro» y «anta», observados principalmente en el entorno escolar. Esta investigación busca comprender la percepción de los alumnos de primaria sobre este tipo de prejuicio. La hipótesis principal es que los alumnos no están de acuerdo con el uso prejuicioso de nombres de animales, mientras que la hipótesis secundaria sugiere que pueden percibir esta práctica como un comportamiento cultural sin mayores consecuencias. El estudio involucra a dos clases de 8.º grado de dos escuelas de la red estatal de enseñanza del municipio de Criciúma, Santa Catarina, y está organizado en tres capítulos que buscan responder, respectivamente, a los siguientes objetivos específicos: comprender la relación entre el especismo y la crisis ambiental; describir cómo se retrata a los animales no humanos en la literatura y la educación; y analizar las percepciones de los alumnos de dos clases de 8.º curso de la enseñanza básica en relación con los prejuicios contra los animales. Se lleva a cabo en dos etapas: una revisión bibliográfica con fuentes secundarias y una etapa de campo con cuestionarios para el análisis cuantitativo-descriptivo de los datos recopilados.

PALABRAS CLAVE: Animales no humanos; Crisis ambiental; Educación; Prejuicio hacia los animales; Zooliteratura.

1 INTRODUÇÃO

O preconceito se constitui como sentimento hostil formulado de forma acrítica e irracional, que gera intolerância em relação ao que é percebido como diferente. Essa forma de discriminação pode envolver os animais. O preconceito dirigido a alguns animais não humanos manifesta-se nas relações humanas por meio das agressões verbais e insultos contra o outro que é desumanizado e animalizado. Expressões como ‘seu burro’, ‘sua anta’, ‘é uma galinha’, ‘é um veado’, são algumas das inúmeras expressões depreciativas identificadas no ambiente escolar. Essas ocorrências motivaram a realização da presente pesquisa, justamente porque indicam preconceito e revelam desconhecimento sobre a real natureza e importância dos animais para o equilíbrio dos ecossistemas.

A presente pesquisa busca problematizar e averiguar a percepção dos estudantes do ensino fundamental sobre o preconceito contra alguns animais não humanos. Nessa lógica, supõe-se como hipótese básica que os estudantes não concordam com o uso preconceituoso de nomes de animais por se tratar de uma discriminação que prejudica a relação entre seres humanos e animais. Como hipótese secundária, presume-se que os estudantes não se importariam com o uso de termos preconceituosos, por considerá-los um comportamento cultural, usado para extravasar a raiva e sem maiores

consequências. O objetivo principal visa, então, averiguar a percepção que os estudantes têm em relação ao preconceito contra animais. Para tal, o corpo da pesquisa foi dividido em três capítulos que buscam responder respectivamente aos seguintes objetivos específicos: (i) compreender a relação entre o especismo e a crise ambiental; (ii) descrever como os animais não humanos são retratados na literatura e na educação; e (iii) analisar as percepções dos estudantes, de duas turmas do 8º ano do ensino fundamental, em relação ao preconceito contra animais.

A pesquisa foi estruturada em duas etapas distintas, a primeira composta por uma pesquisa bibliográfica, que envolve uma abordagem descritiva e dedutiva com a utilização de fontes secundárias como livros, revistas científicas, legislações e websites institucionais; a segunda, por uma pesquisa de campo, que envolve procedimentos preparatórios e de execução da pesquisa, além de posterior análise quantitativa-descritiva dos dados coletados por meio de questionários.

2 O ESPECISMO EM UM CENÁRIO DE CRISE AMBIENTAL

Termos pejorativos contendo animais são frequentemente empregados nas relações humanas com a finalidade de insultar ou ofender outras pessoas, profere-se palavras que visam agredir a dignidade do indivíduo, causando-lhe os mais variados sentimentos, como mágoas, ressentimentos, desgosto, raiva, constrangimentos, dor e sofrimento. O objetivo dessa prática é desumanizar o outro, o que demonstra o quanto os animais são considerados inferiores, algo que denota preocupações, haja vista revelar-se como um entre muitos indicadores que perpetuam e normalizam o atual cenário de crise ambiental.

O uso de insultos que usam nomes de animais, como ‘vaca’ e ‘burro’ por exemplo, pode ser relacionado com o especismo, que é uma forma de discriminação contra outras espécies não humanas, que gera preconceitos, exploração, objetificação e precificação dos animais. O termo especismo³ foi cunhado por Richard Ryder (2014), e trata-se de algo como o racismo ou sexismo, um preconceito moral que justifica a opressão humana sobre os animais, os quais também sofrem dor, como complementa o

³ Nesta pesquisa o termo especismo, será considerado como “preconceito animal”, sobretudo para caracterizar a utilização do nome dos animais como termos pejorativos com o objetivo de insultar e ofender.

autor, “uma ciência da dor é o único argumento convincente para a atribuição de direitos ou, melhor, interesses pelos outros” (Ryder, 2014, p. 67).

A relação entre tais insultos e o especismo está ligada à forma como a linguagem reflete e perpetua atitudes preconceituosas em relação a diferentes espécies, implicando uma desvalorização ou desumanização da pessoa sendo insultada, associando-a a características que são estereotipicamente atribuídas a esses animais. Esse tipo de linguagem, além de rejeitar a dignidade do indivíduo, reforça a hierarquia entre seres humanos e os animais, sinalizando o especismo.

É importante compreender de onde provém essa visão que posiciona os seres humanos no topo hierárquico das relações entre os seres vivos que coabitam o planeta, principalmente em detrimento de outras espécies, considerando que todas as espécies são igualmente importantes para a manutenção do equilíbrio ambiental e a preservação do ecossistema no qual os seres humanos também se encontram inseridos.

A princípio, os seres humanos por serem heterotróficos, isto é, incapazes de sintetizarem por si só seu próprio alimento, usufruíam dos animais primordialmente como alimento por meio da caça e da pesca. Ao longo do tempo, com a formação da organização sociocultural em assentamentos humanos, consolida-se a compreensão oriunda da religião que, com seus preceitos dogmáticos embasados no teocentrismo, determinava os animais como seres inferiores, criados exclusivamente pelas divindades ou por Deus, para servirem à humanidade. A visão religiosa que predominou durante o período medieval na Europa, fundamentada nas escrituras bíblicas, hierarquizou a relação humana e animal conforme o livro do Gênesis, 1:28: “Deus os abençoou: ‘Frutificai, disse ele, e multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a. Dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todos os animais que se arrastam sobre a terra’” (Bíblia, 2007, p. 49-50).

Posteriormente, com a consolidação da ciência tem-se a fundamentação da exploração dos animais pelos humanos, principalmente devido ao antropocentrismo⁴ e ao especismo, além do predomínio da visão utilitarista que considera o ambiente e os animais como meros objetos ou mercadorias úteis aos seres humanos. Nesse sentido, Peter Singer já alertava que “o modelo aristotélico continua a dominar a percepção ética dos cientistas,

⁴ Quanto ao antropocentrismo – corrente filosófica que estabelece o homem como centro do universo, sendo todas as coisas destinadas ao seu usufruto – convém explicitar que esta visão se encontra profundamente arraigada no pensamento humano, contribuindo a manutenção do estado de inferioridade do animal em relação ao ser humano, a ponto de se ignorar ou contraditar os estudos e debates sobre o consumo da proteína animal ou sobre a utilização de cobaias animais em experimentos científicos.

quando afirma que os animais foram feitos para serem comidos pelo homem e para serem usados vivos em experimentos” (Felipe, 2007, p. 192). Isso porque “Aristóteles encarava a natureza como uma hierarquia em que os seres de menor capacidade de raciocínio existiam para benefício daqueles com maior capacidade de raciocínio” (Singer, 2002, p. 179). De fato, Aristóteles concebia que a natureza existiria para prover o homem, a ponto de afirmar que seria aos homens que ela destinaria os animais, “os domesticados para o serviço e para a alimentação, os selvagens, pelo menos a maior parte, para a alimentação e para diversas utilidades, tais como o vestuário e os outros objetos que se tiram deles” (Aristóteles, 2006, p. 19).

Como se observa, tanto o teocentrismo quanto o antropocentrismo ao estabelecerem o homem acima das demais espécies, contribuíram com a sujeição dos animais aos interesses da espécie humana. Do mesmo modo, a forte influência do utilitarismo, que busca a maximização da utilidade das coisas em proveito do bem-estar e felicidade do indivíduo, contribuiu com a solidificação da visão da utilidade do animal como inferior e submetido à superioridade do ser humano. Embora Jeremy Bentham, seu precursor, tenha afirmado brevemente em sua obra, *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*, de 1789, que “o problema não consiste em saber se os animais podem raciocinar; tampouco interessa se falam ou não; o verdadeiro problema é este: podem eles sofrer?” (Bentham, 1974, p. 69).

Bentham (1974) abre espaço para novas reflexões sobre o sofrimento animal, nessa esteira Singer (2002) aprimora a visão utilitarista afirmando que os próprios interesses não são mais valorosos do que os interesses do outro. “Assim, a minha preocupação natural de que meus interesses sejam levados em conta deve – quando penso eticamente – ser estendida aos interesses dos outros” (Singer, 2002, p. 20). Desse modo, questiona-se a flexibilização da ética e a permissividade com relação à experimentos cruéis e desumanos em animais em prol do progresso da ciência.

Nesse seguimento, Tom Reagan defende a total abolição da exploração institucionalizada dos animais, ao reconhecer os animais não como objetos ou coisas, mas como seres titulares de direitos. O autor reconhece a dificuldade de se mudar as crenças e hábitos, sendo necessária a adoção de várias estratégias como educação ambiental, publicidade, organização social e política, sendo toda simples contribuição igualmente importante para evitar que os animais sejam reduzidos à mera utilidade para o interesse dos outros (Reagan, 2013).

Nesse ponto, convém evidenciar as reflexões de Carlos Skliar acerca dos vários enfoques e questões que envolvem o “outro”, em linha gerais, para o autor não buscamos compreender o outro, mas sim massacrá-lo, assimilá-lo, ignorá-lo, excluí-lo ou incluí-lo. O outro sempre foi pensado como alguma coisa externa diferente do que eu sou, algo a ser anulado e apagado. “A diferença, assim, não constitui um ponto de vista, mas uma distância que separa de um outro ou outros” (Skliar, 2003, p. 43).

Desse modo, cria-se a concepção de separação entre ser humano e animal, uma barreira intransponível entre o eu humano e o outro animal. Contudo, “ao passar as fronteiras ou os fins do homem, chego ao animal: ao animal em si, ao animal em mim e ao animal de si-mesmo” (Derrida, 2002, p. 14-15). Portanto, com a superação da dicotomia entre o homem e o animal, compreende-se que o homem também é um animal, por consequência a concepção antropocêntrica e utilitarista que o coloca acima do outro e no centro do universo como destinatário de todas as coisas se desfaz, ressignificando assim a interação que envolve o animal humano e o animal não humano.

Assim sendo, conceitos como o sencientismo, ecocentrismo e biocentrismo encontrariam espaço e poderiam superar a limitada visão hegemônica antropocêntrica utilitarista que permeia a ciência. Logo, a ética do bem-estar animal, denominada sencientismo, rompe com o paradigma antropocêntrico atribuindo valor moral aos sencientes, isto é, aos seres capazes de sentir dor ou prazer. Apesar das dificuldades em determinar quais seriam os seres dignos de valor moral, o argumento sencientista propõe respeito e proteção a toda comunidade de seres sencientes, evitando-se a dor e potencializando o bem-estar dos animais não humanos (Silva; Rech, 2017).

Por sua vez, de acordo com Fritjof Capra, a ecologia profunda, também denominada biocentrismo, por reconhecer o valor intrínseco de todos os seres vivos compreende que os seres humanos são um fio da grande teia da vida que é composta por inúmeras redes – não hierarquizadas, mas interconectadas – que interagem entre si (Capra, 1997). O biocentrismo, portanto, estende o status moral dos seres humanos para todos os seres vivos da natureza, ou seja, a ética biocêntrica reconhece que da mesma forma como os animais humanos possuem seus valores morais e direitos, os animais não humanos também possuem os seus (Yu; Lei, 2009).

Para além do sencientismo e do biocentrismo, Aldo Leopold, precursor do ecocentrismo, já afirmava que “a ética da terra simplesmente amplia os limites da comunidade para incluir solos, águas, plantas e animais, ou coletivamente: a terra”

(Leopold, 1949, p. 204). Nessa lógica, o ecocentrismo posiciona como elemento central o ecossistema aliado ao conjunto de valores capazes de garantir a sua sustentabilidade. Isso porque “na visão ecocêntrica as pessoas são inseparáveis da natureza inorgânica/orgânica que as encapsula” (Rowe, 1994, p. 106).

À vista disso, compreende-se a importância e a contribuição do sencientismo, do biocentrismo e do ecocentrismo para se superar a velha influência do teocentrismo e do antropocentrismo que estabelece o homem como o centro e acima das outras espécies, apartando-o da natureza como se ele fosse o seu senhor e ela existisse exclusivamente para o seu proveito. Nesse ponto, compreende-se que essa visão hegemônica que permeia as relações entre os animais humanos e os animais não humanos encerra uma série de riscos ao ecossistema.

O reducionismo imposto aos animais não humanos é implacável, primeiramente são catalogados como seres diferentes, posteriormente são inferiorizados como objetos, e assim desumanizados à condição de utilidades, sem olvidar do preconceito contra alguns animais que encerra o estado de indignidade. Essa diferenciação se constitui por si só em um gravíssimo risco a existência da própria espécie humana porque normaliza a preocupante crise ambiental da atualidade, a qual vem se agravando ano após ano ao longo dos séculos, como expõe Noam Chomsky (2017, p. 285) “praticamente não se passa um único dia sem que surjam novas evidências do quanto a crise é severa”.

Por sinal, já em 1820, Jean-Baptiste de Lamarck previa, em sua obra *Sistema Analítico do Conhecimento Positivo do Homem*, que a irrefreável ganância inerente à civilização industrial e a exploração inconsequente da natureza levariam a um colapso ambiental capaz de ameaçar a sobrevivência da espécie humana:

O homem, pelo seu egoísmo tão pouco prudente em relação aos seus próprios interesses, pela sua inclinação a usufruir tudo aquilo que está à sua disposição, em poucas palavras, pelo seu descuido com o futuro e com os seus semelhantes, parece trabalhar para a aniquilação dos seus meios de preservação e até mesmo para a destruição da sua própria espécie. Ao destruir por toda a parte as grandes plantas que protegem o solo, em troca de objetos que satisfaçam a sua avidez momentânea, ele rapidamente leva a esterilidade ao solo que habita, provoca o ressecamento das nascentes, afasta os animais que ali encontravam o seu sustento, e faz com que grandes partes do globo, outrora muito férteis e muito povoadas em todos os aspectos, estejam agora vazias, estéreis, inabitáveis e desertas (Lamarck, 1820, p. 154-155).

Felix Guattari (1997) também alerta para os perigos que ameaçam o meio ambiente natural evidenciando que é necessário ir além de abordagens mitigadoras ou

intervenções técnicas, nesse caso seria necessária uma articulação ético-política capaz de atuar no ambiente, nas relações sociais e na subjetividade humana. Para o autor, uma resposta efetiva à crise ecológica exigiria uma verdadeira transformação política, social e cultural em escala planetária, que fosse capaz de superar os impasses de uma economia ávida por lucros incessantes, crescentes e imediatos, cujo resultado afeta drasticamente o equilíbrio ambiental planetário (Guattari, 1997).

De igual modo, Enrique Leff (2001) expõe que a visão mecanicista cartesiana que predomina a teoria econômica legitimou uma noção equivocada de progresso que expropria a natureza desencadeando processos de destruição ecológica e degradação ambiental. A insaciável e incontrolável ganância do neoliberalismo globalizante ofusca a visão holística que seria capaz de integrar os potenciais sinérgicos da natureza junto a diversidade do pluralismo cultural, submetendo todas as espécies aos ditames de uma racionalidade homogeneizadora que fundamenta a mercantilização da natureza e a redução do ambiente a meros recursos econômicos.

Não ao acaso, Jacques Derrida (2002) esclarece que apesar dos avanços da ciência e dos cuidados com os animais, a sua redução à produção, confinamento e reprodução, demonstram o quanto as formas de tratamento ainda se encontram subvertidas. Os humanos dissimulam a crueldade promovendo o desconhecimento e o esquecimento da violência do genocídio animal e, em decorrência da normalização da crise ambiental, várias espécies estão em risco de extinção. Isso porque o humano nomeia o animal e o diferencia de si para atestar a sua própria superioridade reivindicando a propriedade sobre a vida animal. Como afirma o autor, “o animal, é uma denominação que os homens instituíram, um nome que eles se deram o direito e a autoridade de dar a outro vivente” (Derrida, 2002, p. 48).

Conforme observa Carol Adams (2012), a cultura dominante naturalizou a opressão aos animais em dois níveis, o primeiro por intermédio de estruturas formais, como matadouros, laboratórios, zoológicos e circos; o segundo recorrendo ao uso da linguagem. Nessa lógica, a autora esclarece que:

[...] usamos a palavra “animal” como se ela não se referisse aos seres humanos, como se nós não fôssemos igualmente animais. Tudo o que está implícito quando as palavras “animal” e “besta” são usadas como insulto mantém a separação entre os animais humanos e os não humanos. Estruturamos a linguagem para evitar o reconhecimento da nossa semelhança biológica (Adams, 2012, p. 82).

Nesse cenário, burro, asno, jegue, jumento, mula, anta, galinha, vaca, perua, égua, piranha, cadela, cachorra, baleia, veado, porco, urubu, macaco, gato preto, são apenas alguns entre muitos nomes de animais usados desarrazoadamente ou intencionalmente com a finalidade de bestializar o outro. Preconceitos socialmente e linguisticamente aceitos no vernáculo brasileiro, usados como insultos que visam desumanizar o outro à condição de animal, não obstante o agressor humano ser também um animal.

Diante desse cenário desafiador, a educação assume um importante papel para a compreensão do outro, para a desmistificação dos equívocos e conscientização a respeito da importância dos animais não humanos na complexa e grande teia da vida planetária. Nessa perspectiva, vislumbra-se a literatura aliada à educação escolar como um relevante expediente capaz de contribuir com a conscientização e percepção dos animais humanos em relação aos animais não humanos.

3 OS ANIMAIS NÃO HUMANOS NA LITERATURA E NA EDUCAÇÃO

O desconhecimento acerca dos animais não humanos gera incompreensões e discriminações que alimentam o distanciamento e a insensibilidade, consolidando assim um perturbador quadro de comodismo do animal humano diante do preocupante cenário de normalização da crise ambiental. Ademais, a ignorância quanto à importância dos animais não humanos para o equilíbrio do ecossistema faz com que se consolide a visão discriminatória que caracteriza o preconceito contra animais ou especismo.

Numerosas são as expressões linguísticas utilizadas na linguagem falada em situações informais, típicas do diálogo coloquial, que mencionam o nome de animais denotando algum tipo de preconceito, baseados no senso comum e em ideias completamente equivocadas acerca dos animais não humanos. Preconceitos estes de teor discriminatório, ofensivo e hostil, direcionados ao seu semelhante que é encarado como o outro diferente, o qual precisa ser reduzido à condição de animal, desumanizado, inferiorizado e, assim, marginalizado pela ignorância humana.

É crucial considerar a ideia que o especismo se constitui em um preocupante problema porque à medida que o animal humano ignora e menospreza os animais não humanos gera-se uma apatia ambiental, cúmplice dos ininterruptos crimes contra a natureza, com profundos impactos diretos e indiretos na destruição de habitats naturais e

na extinção de espécies animais imprescindíveis ao equilíbrio ambiental. Em vista disso, a educação se torna fundamental para que o ser humano possa se conscientizar da sua própria responsabilidade quanto à preservação da natureza e de seus ecossistemas, além disso o ser humano deve compreender que a destruição de habitats naturais e a extinção de espécies animais podem vir a desencadear a aniquilação da própria espécie humana.

Nessa circunstância, compreende-se que a literatura pode vir a contribuir significativamente com a educação e conscientização sobre os problemas ambientais e na superação do especismo. Entretanto, ao longo da história, a literatura retratou o animal não humano, por uma questão de estilo ou conveniência, de acordo com as tendências literárias predominantes no momento. Nessa concepção, a zooliteratura, denominação dada à literatura animal, conforme Frizero (2022), engloba a produção e o estudo de textos literários relacionados aos animais e as suas interações com os seres humanos. Embora esse gênero remonte à antiguidade, trata-se de um recente campo de pesquisa da literatura, relacionado à zoopoética, além de apresentar conexões com a antropologia e a filosofia.

A zooliteratura é identificada na Antiguidade nas fábulas de Esopo, nas descrições em obras de teor científico de Aristóteles, de Plínio o velho, de Isidoro de Sevilha; além dos bestiários medievais compostos por textos ilustrados, empíricos, com ampla descrição fantasiosa e pseudocientífica; bem como, nos compêndios de zoologia formados por textos teratológicos, dos séculos XV ao XVII, com a descrição dos relatos de exploradores do Novo Mundo, obras que se inseriam na narrativa literária do excêntrico, carregadas de assombro diante da profusão de animais exóticos desconhecidos no Velho Mundo. Já no século XVIII, a partir de Carl Linnaeus, a zooliteratura adotou uma abordagem objetiva e naturalista de teor científico deixando de lado as narrativas fantasiosas. Desenvolve-se, então, duas zooliteraturas, uma de teor ficcional e outra científica (Maciel, 2007).

Desse modo, ainda no século XVII, inspirado nas lendas medievais e contos populares, surge o denominado conto de fadas, modelo literário que se relaciona com a zooliteratura. Têm-se assim: Charles Perrault (Cinderela, Chapeuzinho Vermelho); os irmãos Grimm (João e Maria, Rapunzel); Christian Andersen (O patinho feio, Os trajes do imperador); Collodi (Pinóquio); Lewis Carrol (Alice no país das maravilhas); Frank Baum (O mágico de Oz); James Berrie (Peter Pan); (Cademartori, 2010).

Por sua vez, a inclusão de animais não humanos na literatura brasileira inicia-se com Figueiredo Pimentel (Contos da Carochinha), Monteiro Lobato (personagens

como Quindim, Rabicó, Cuca); Viriato Correia (A Arca de Noé; No Reino da Bicharada), Érico Veríssimo (A Vida do Elefante Brasília; Os Três Porquinhos Pobres), entre outros tantos escritores que tematizaram os animais transformando os contos de fadas com personagens não humanos antropomorfizados, especialmente para o público infantil (Lajolo; Zilberman, 2007).

Nessa perspectiva, a zooliteratura nacional recebe um grande impulso a partir de Monteiro Lobato com a sua obra *Sítio do Picapau Amarelo*, a qual apresenta interações sociais entre animais e humanos. Lobato buscava valorizar a cultura brasileira em um cenário de modernização preparando a sociedade para as transformações técnico-científicas da época. Apesar das corretas críticas ao autor por sua visão preconceituosa, racista e eugenista, típicas do seu tempo, principalmente ao caricaturar personagens como matutos e ignorantes ou ao esteriotipá-los, como no caso da personagem Cuca retratada como uma velha má, Lobato contribuiu significativamente com o desenvolvimento de uma literatura infanto-juvenil nacional, capaz de conciliar informação, formação e didatismo (Cademartori, 2010; Lajolo; Zilberman, 2007; Oliveira, 2003).

Todavia, a zooliteratura nacional apresentava como características básicas, a completa submissão do público infanto-juvenil aos interesses e intervenções dos adultos, além de uma postura doutrinária com valores morais pregando a obediência do leitor. Geralmente, os animais eram destituídos de suas características naturais e representavam valores do mundo adulto. Menciona-se, então, Maria José Dupré (*O cachorrinho Samba*, 1949) e Ivan Engler de Almeida (*A abelhinha feliz*, 1950; *O peixinho sonhador*, 1968), cujos protagonistas, ao desobedecerem aos adultos ou aos humanos, perdem-se ao longo do caminho da vida desencadeando arrependimentos e uma desesperadora luta e aventura para retornarem ao lar (Lajolo; Zilberman, 2007).

Nos anos 1960 e 1970, a luta por direitos promovida por movimentos sociais, feministas, pacifistas, ecologistas etc., influenciou a zooliteratura com a produção de obras comprometidas com o direito dos animais, questionando assim a sua objetificação e exploração. Na atualidade, a zooliteratura busca superar as imposições didáticas e, principalmente, desvencilhar-se das velhas abordagens moralizantes com a estereotipação dos animais. A zooliteratura abre espaço para novos recursos, explorando a criatividade proporcionada pela sonoridade do nome dos animais e de suas imagens, possibilitando a criação de prosas e poemas com textos lúdicos inspirados no cotidiano (Lajolo; Zilberman, 2007; Rodrigues, 2013).

A zooliteratura, portanto, vem se tornando um importante meio de conscientização social quanto à necessidade de se desenvolver uma relação ética mais profunda que respeite a integridade dos animais não humanos. A zooliteratura se constitui, então, um excelente “espaço de reflexão crítica sobre a questão animal num mundo em que o homem se define a partir da dominação que exerce sobre os viventes não humanos” (Maciel, 2008, p. 17-18). Nesse aspecto, a zooliteratura comprometida com as questões ambientais rompe com as mordaças do antropocentrismo, reconhecendo a importância do animal não humano para o equilíbrio da teia da vida, além de assumir um compromisso ético de superação dos preconceitos animais.

Além disso, a zooliteratura em razão da arte visual e escrita de suas obras, do seu aspecto lúdico e por estimular a criatividade e a imaginação, adequa-se perfeitamente ao sistema educacional, sendo amplamente utilizada nos processos didático-pedagógicos de alfabetização e de estímulo a leitura. Além disso, conforme Lajolo e Zilberman (2007), o seu desenvolvimento no Brasil se deu principalmente no final do século XIX e início do século XX devido à falta de material didático para alfabetização e instrução do público infanto-juvenil. Desperta, assim, um promissor mercado com o surgimento de diversas editoras especializadas, sendo a literatura infanto-juvenil estreitamente ligada à promoção da educação e formação escolar.

Por outro lado, a zooliteratura materializa-se no livro que é um objeto do mercado que atende à lógica capitalista do lucro, como tal o livro é explorado como um produto de consumo do mercado editorial, devendo ser lucrativo para toda uma cadeia de produção. Nessa lógica, Lígia Cademartori (2010) expõe que o livro passa a se submeter ao controle de editores sofrendo cerceamentos e incentivos para atender a uma determinada demanda mercadológica, apesar de surgirem algumas edições comprometidas com os princípios literários, mesmo assim há muita oferta de obras vazias, destituídas de qualquer valor literário ou educacional.

Dessa forma, nota-se o desvio operado pelo mercado editorial em relação aos livros infanto-juvenis e educacionais para que haja uma maior indução ao consumo, a preocupação desloca-se então da arte, literatura e educação em direção à formação e manutenção de um mercado consumidor promissor, haja vista o setor ser altamente rentável e responsável pelo maior faturamento do mercado editorial, com a cifra de 36,67% em janeiro de 2023 (Nielsen BookScan; Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 2023). Nesse sentido, conforme explica Guy Debord (1997), na sociedade do

espetáculo, os objetos de consumo são adornados pelo setor econômico com a finalidade de capturar a atenção da multidão pelas imagens e moldá-la ao consumo.

Todavia, a literatura não deveria ser delimitada pelas exigências do mercado, que na sua avidez de querer moldar as mentes ao consumo, encara o leitor como um expectador passivo a ser seduzido por uma estratégia publicitária que associa a felicidade a um objeto de consumo. A arte literária destinada ao público infanto-juvenil, especialmente no que se refere à zooliteratura, deve ser compreendida como sendo o uso estético e livre da linguagem escrita, comprometida não com interesses mercadológicos, mas com valores estéticos, éticos, educacionais e ambientais, respeitando os animais não humanos.

Nesse ponto, o espectador não deve mais permanecer na posição de simples observador, analisando passivamente o espetáculo que lhe é imposto. Ele deve sair do estado passivo de falso controle para tornar-se um participante ativo, abandonando o estado ilusório de mero expectador do espetáculo para assumir a posse do seu processo de emancipação (Rancière, 2012). À vista disso, para que o expectador se torne emancipado é necessário superar os velhos conceitos limitadores e, conseqüentemente, os preconceitos que lhe impedem de conhecer a verdade por detrás dos fatos. O conhecimento deve superar as velhas dicotomias antropocêntricas e promover uma educação inclusiva capaz de congrega o “eu”, o “nós” e os “outros”, e assim superar preconceitos, quanto mais o preconceito animal.

Entretanto, não se pode negligenciar a forte influência de grupos educacionais privados, que com a lógica de uma educação empreendedora, tentam moldar as políticas públicas educacionais e apropriarem-se do dinheiro público, oferecendo uma instrução educacional precarizada com uma formação profissional de qualificação duvidosa e desprovida de senso crítico. Nesse sentido, menciona-se a interferência sobre a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que ao protagonizar um currículo individual empreendedor, promove o esvaziamento curricular em detrimento de relevantes temas transversais, como: ética, saúde, pluralidade cultural, orientação sexual, trabalho, consumo e, principalmente, meio ambiente, conforme estabelecido pelo Parâmetro Curricular Nacional de 1998 (Brasil, 1998).

Ademais, a Constituição, de 1988, determina que a educação é um dever do Estado, que com a colaboração da sociedade, deve não só prover a qualificação para o trabalho, mas também o exercício da cidadania. De igual modo, a Política Nacional de

Educação Ambiental – PNEA, de 1999, institui ações permanentes de educação ambiental, em todos os níveis do processo educacional, voltadas à preservação ambiental, ao desenvolvimento sustentável e à qualidade de vida. E, apesar de as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental, de 2012, não estabelecerem a educação ambiental como disciplina específica, a diretriz impõe que a Educação Ambiental seja integrada de forma interdisciplinar na prática formativa. Aliás, a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, de 1996, define que o ensino fundamental e o ensino médio devem prover a formação do cidadão de modo que possa compreender as implicações que envolvem o ambiente natural (Brasil, 1988; 1996; 1999; 2012).

Como se pode observar, determinações para a promoção de uma educação ambiental que promova o conhecimento da importância das espécies animais para o ecossistema e a consequente superação do preconceito animal não faltam. É necessário, portanto, uma discussão interdisciplinar à várias mãos para colocar em prática a educação ambiental. Como afirmava Paulo Freire (1967, p. 97) “[a] educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa”.

Por derradeiro, muito mais do que uma mera educação individualista empreendedora, a complexidade das questões ambientais exige uma educação coletiva emancipadora, capaz de promover uma mudança para um mundo sustentável, equilibrado e justo para todas as espécies que dele fazem parte.

4 AS PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES QUANTO AO PRECONCEITO ANIMAL

A percepção dos estudantes, quanto à utilização do nome dos animais como termos pejorativos com o objetivo de insultar e ofender o outro, é muito importante para que se possa compreender o que os jovens, crianças e adolescentes pensam a respeito do preconceito animal, principalmente no ambiente escolar que é o espaço educacional de alfabetização, formação, leitura, zooliteratura, educação ambiental, responsabilidade, direitos e deveres, e de interação e convivência com o outro.

Se conseguíssemos entender as percepções diretamente com os estudantes, quem sabe poderíamos aprender valiosas lições com valorosíssimas fontes primárias referente ao preconceito e que frequentemente são ignoradas, talvez seria possível

desenvolver procedimentos pedagógicos de educação ambiental que auxiliariam na redução e superação das discriminações em relação aos animais não humanos.

Nessa perspectiva, agrega-se ao estudo uma pesquisa de campo complementar e interdependente à pesquisa teórico-bibliográfica, como um meio de investigação das percepções quanto ao preconceito animal, busca-se assim superar os achismos do senso comum que endossam narrativas duvidosas como se fossem verdadeiras.

A pesquisa de campo teve como objetivo obter informações e desenvolver conhecimentos sobre o problema do preconceito animal, com o intuito de verificar se os estudantes desaprovam essa forma de preconceito que envolve discriminações em relação ao outro, seja ele animal humano ou não humano. Portanto, adota-se uma pesquisa de campo de tipo quantitativa-descritiva, entretanto supera-se a mera análise de dados quantitativos com resultados estatísticos, agregando-se uma análise de teor qualitativo, em razão de o estudo exigir a observação, descrição, compreensão e explicação do fenômeno que envolve o preconceito animal.

Nessa perspectiva, a pesquisa de campo é composta por três fases: uma preparatória, uma executória e outra de análise dos dados coletados. Quanto à fase preparatória, inicialmente determinou-se o modelo de questionário a ser aplicado aos estudantes; contemporaneamente procedeu-se a escolha das unidades escolares e a delimitação do ano e da quantidade de turmas do ensino fundamental a serem investigadas; na sequência efetuou-se o protocolo do questionário junto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), tendo como Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) o número 70992823.8.0000.0119 ; por fim, procedeu-se o agendamento das datas de aplicação dos questionários junto às escolas.

Optou-se, então, aplicar a pesquisa de campo por meio de questionário para a coleta de dados junto aos estudantes, haja vista facilitar a otimização de tempo e a logística, abranger um número maior de entrevistados e de dados, possibilitar respostas mais precisas, reduzir os riscos de distorções, além de oportunizar a uniformidade na validação e avaliação dos dados (Lakatos, Marconi, 2003).

Nessa lógica, para o desenvolvimento de um questionário idôneo, decidiu-se pela aplicação de questionários de tipo aberto com uma única questão, em que os entrevistados respondem livremente com suas próprias palavras, sem serem restringidos

a um rol delimitado de respostas alternativas. Reproduz-se, então, o conteúdo textual cuidadosamente elaborado para o questionário:

Um “bicho” espantou o Gato Preto que correu atrás do Gambá que viu o Burro a pastar; ao seu lado tinha uma Cobra que o Sapo fugiu sendo acompanhado pela Anta. O Urubu olhando tudo isso lá de cima avisou a Galinha, a Vaca, a Perua e o Porco para eles tomarem cuidado. Anoteceu, tudo se acalmou e o Bicho-preguiça acordou. O Morcego aproveitou o luar e foi passear (Da Rosa, 2024, p. 98).

Trata-se, portanto, de um texto lúdico em forma de prosa poética, apresentando animais como protagonistas, visando provocar ampla gama de reflexões e reações nos entrevistados, estimulando-os cognitivamente a produção discursiva mediante uma resposta textual aberta acerca do preconceito animal. Com essa finalidade, definiu-se que o questionário deveria ser aplicado aos estudantes do 8º ano do ensino fundamental, na faixa etária entre 12 a 13 anos, por terem discernimento e senso crítico para entenderem, refletirem e expressarem-se sobre preconceitos. A amostragem foi delimitada a duas turmas para se manter um adequado controle do ambiente e da atividade, de modo a proporcionar a qualidade dos dados coletados.

Quanto à escolha das escolas, menciona-se que a escola, para além da educação, é um espaço de uma rica troca de experiências com o outro, um espaço de sociabilidade onde a simpatia, antipatia e empatia se manifestam nas relações interpessoais, em um ambiente capaz de promover o conhecimento e, também, a conscientização e transformação das pessoas. Todavia, amiúde, a sua arquitetura não privilegia o contato com a natureza, o emparedamento das escolas com espaços sintéticos em áreas urbanas concretadas não possibilita a sensação de pertencimento à natureza, ao contrário, favorece o predomínio da visão antropocêntrica que, conforme Lea Tiriba (2005), cria muros que separam a escola da natureza, impedindo os estudantes de se perceberem como integrantes do ambiente natural.

Nesse ponto, a escolha das escolas se deu devido à logística e disponibilidade da diretoria e professores quanto à realização da pesquisa de campo. Selecionou-se, então, duas escolas públicas da rede estadual de ensino – Escola de Educação Básica Coelho Neto e Escola de Ensino Fundamental Professor Lapagesse – sujeitas à mesma política educacional da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, ambas localizadas na área urbana do município de Criciúma, apresentando o típico modelo de emparedamento dos estudantes.

Tanto a E.E.B Coelho Neto e a E.E.F. Prof. Lapagesse apresentam ampla infraestrutura com área administrativa, salas de aula, laboratórios, biblioteca, pátios, ginásio de esportes etc., e atendem estudantes do 1º ao 9º ano do ensino fundamental. Apesar de as escolas oferecerem uma estrutura que proporciona segurança, bem-estar e estímulo ao aprendizado, ambas carecem de áreas verdes significativas que pudessem estimular o mínimo contato com o ambiente natural. E, ainda que apresentem árvores de copa avantajada, são escassos exemplares isolados por insignificante cobertura gramínea e cercados por concreto por todos os lados, representando infelizmente a tônica do domínio da impermeabilização e do emparedamento da maioria das escolas do município de Criciúma.

Além disso, objetivando a qualidade e confiabilidade da pesquisa de campo, adotou-se vários cuidados durante a fase executória. Realizou-se a visita de campo às escolas selecionadas; apresentou-se o pesquisador as turmas; ambientou-se os estudantes à pesquisa; esclareceu-se quanto ao preenchimento dos questionários; e aplicou-se os questionários coletando-os após o encerramento da atividade.

Ainda quanto à fase executória, convém mencionar que os estudantes ficaram cientes da pesquisa tão somente no momento da visita, durante a aula de ciências biológicas. A ambientação à pesquisa se deu por meio da exibição do curta-metragem intitulado “Vamos plantar árvores”, produzido pelo Polo de Cinema de Criciúma, com a finalidade de introduzir indiretamente temas como ambiente, clima e ecologia, porém sem influenciar os estudantes a qualquer tipo de resposta. Procedeu-se a explicação quanto ao preenchimento do questionário esclarecendo aos estudantes que eles teriam 10 linhas disponíveis para se manifestarem individualmente e livremente sobre o preconceito animal. Constatou-se a atenção e zelo dos estudantes ao responderem o questionário, algo que levou cerca de 20 minutos. Vale mencionar que após a atividade, desenvolveu-se espontaneamente um rico e proveitoso diálogo com os estudantes sobre temas ambientais, zooliteratura e preconceito animal.

Ademais, como afirma Targelia Albuquerque (2021) é preciso respeitar o outro deixando-o falar e ouvi-lo atentamente para assim conhecermos cada estudante na sua singularidade e como parte de um coletivo sociocultural. Salienta-se, então, que as respostas dos estudantes são um precioso tesouro porque comportam o seu momento de expressão com as suas percepções quanto ao preconceito animal.

No que se refere à fase de análise dos dados coletados, quantitativamente expõe-se a seguinte tabela:

Tabela 1 – Escolas e quantidades de questionários aplicados

Escolas	Quantidade questionários	Gênero masculino	Gênero feminino
E.E.B. Coelho Neto	26	14	12
E.E.F. Prof. Lapagesse	24	9	15
Totalização	50	23	27

Fonte: tabela compilada pelo autor com base nos dados extraídos dos questionários

Dos 50 questionários aplicados, 26 foram empregados na E.E.B. Coelho Neto correspondendo a cifra de 52%, enquanto 24 foram utilizados na E.E.F. Prof. Lapagesse correspondendo a 48% dos entrevistados. Do total, 23 (46%) foram respondidos por estudantes do gênero masculino e 27 (54%) por estudantes do gênero feminino.

Dos dados coletados por meio dos questionários, foi possível identificar diversas palavras, expressões e categorias pertinentes a animais não humanos, ambiente e preconceitos. Na tabela ilustrativa a seguir, destacam-se os principais vocábulos e percepções entre tantos termos identificados:

Tabela 2 – Vocábulos e percepções coletadas dos questionários

Animais não humanos	anta, aranha, baleia, bicho-preguiça, burro, cachorro, cobra, galinha, gambá, gato, gato preto, girafa, jegue, leão, macaco, morcego, mula, piranha, porco, rato, urubu, vaca;
Vocábulos ambientais	cadeia alimentar, ecossistema, meio-ambiente, natureza;
Vocábulos preconceituosos	machismo, ofensa, ofensivo, preconceito, preconceituoso, racismo, racista, xingar, xingamento;
Percepções quanto ao uso ofensivo do nome dos animais não humanos	algo cultural, crueldade, deplorável, desnecessário, desprezo, desrespeito, desrespeitoso, discordo, é ofensivo, é um xingamento, errado, falta de juízo, falta de noção, falta de respeito, idiota, inaceitável, machista, maldoso, não concordo, não faz sentido, palhaçada, preconceituoso, racista, ridículo;

Fonte: tabela compilada pelo autor com base nos dados extraídos dos questionários

No que se refere aos animais não humanos, o animal mais citado foi o gato preto, 22 respostas, enquanto o vocábulo gato aparece em apenas 4 questionários. O fenômeno é motivado principalmente pela construção cultural que associa o gato preto ao azar, sendo amplamente criticado pelos estudantes por considerarem uma superstição preconceituosa que gera violências aos animais. É relevante destacar que ao contrário do período medieval em que a cor preta era vinculada às trevas e ao maligno, os estudantes na atualidade supõem que a associação é o resultado de discriminação racial, tanto que se referiram também ao urubu e ao macaco. Assim, condenam a superstição reconhecendo-a como promotora de preconceitos de tipo racial e animal, devendo ser combatida e superada.

Surpreendentemente, as respostas abertas mostraram a conscientização dos estudantes a respeito da importância dos animais para o equilíbrio do ecossistema e da dependência dos seres humanos em relação ao ambiente natural, tanto que o vocábulo mais citado foi a natureza, revelando uma grande preocupação dos estudantes com as questões ambientais.

Quanto aos vocábulos associados ao preconceito, citaram-se verbos, como: xingar, ofender, maltratar, substantivos como: machismo, racismo, preconceito, ofensa, discriminação e adjetivos como: machista, racista, preconceituoso. Por sua vez, as percepções quanto ao uso ofensivo do nome dos animais, entre as inúmeras expressões e termos citados, destacam-se: “algo cruel”, “algo ridículo”, “algo desrespeitoso”, “deplorável”, “desnecessário”, “errado”, “inaceitável”, “falta de juízo”, “falta de noção”, indicando o repúdio dos estudantes quanto ao preconceito animal.

Nota-se que as respostas apresentaram peculiaridades como, o reconhecimento que os animais embelezam o mundo, os benefícios terapêuticos do convívio animal contra transtornos como a depressão, críticas aos maus-tratos e ao abandono dos animais. Uma única resposta, influenciada por dogmas religiosos, chamou a atenção por justificar o seu preconceito contra cobras, embasando-se no mito bíblico de que a cobra seria um animal ruim por ter enganado a mulher, revelando que as crenças religiosas também podem ser fontes de preconceitos. Em síntese, reforça-se que na quase totalidade dos questionários aplicados, identificaram-se respostas criticando o uso do nome dos animais não humano como meio para ofender a dignidade das pessoas. Assim sendo, expõe-se o seguinte resultado:

Tabela 3 – Confirmação e refutação da hipótese

Hipótese básica	Confirmação	Refutação
Discordam do uso ofensivo do nome dos animais.	✓	-
Consideram inadequado e preconceituoso.	✓	-
Consideram que prejudica os animais humanos e não humanos.	✓	-
Concordam que gera insensibilidade em relação aos animais não humanos.	✓	-

Fonte: tabela compilada pelo autor com base nos dados extraídos dos questionários

Afirma-se, portanto, que a hipótese de que os estudantes – do 8º ano do ensino fundamental da E.E.B. Coelho Neto e da E.E.F. Prof. Lapagesse – discordam do uso discriminatório e inadequado do nome dos animais por gerar preconceitos e insensibilidade, prejudicando as relações entre animais humanos e não humanos. E apesar da refutação da hipótese secundária de que os estudantes não se importariam com o preconceito animal considerando-o algo cultural para extravasar ímpetos de raiva, é importante salientar que o preconceito animal é muito presente no ambiente escolar exigindo estratégias interdisciplinares de educação para superá-lo.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa acerca da percepção dos estudantes sobre o preconceito dirigido a alguns animais conciliou teoria e prática. Inicialmente realizou-se uma pesquisa teórico bibliográfica com a finalidade de se averiguar a relação entre o especismo e a crise ambiental, além da representação dos animais na literatura e na educação. Posteriormente efetuou-se uma pesquisa de campo com o objetivo de compreender o que pensam os estudantes sobre o preconceito animal.

A pesquisa bibliográfica constatou que a relação entre o preconceito e a crise ambiental está associada ao predomínio do antropocentrismo que, ao impor o homem como centro do universo, reforça a visão preconceituosa que objetifica o animal como coisa destinada ao usufruto humano. Essa visão hegemônica reforça a apatia agravando o atual cenário de crise ambiental, normaliza a destruição de espécies e do próprio ecossistema planetário no qual o animal humano se encontra inserido.

Constatou-se, ainda, o desenvolvimento de uma literatura específica ao longo da história com uma produção literária envolvendo os animais não humanos denominada

zooliteratura, a qual com seu aspecto lúdico, escrita e arte visual vem ocupando na atualidade um importante espaço na educação, assim como na superação do preconceito animal e na conscientização ambiental, desde que comprometida com valores éticos e literários.

Ademais, apesar de se constatar a presença do preconceito animal no ambiente escolar, a hipótese que supunha que os estudantes do ensino fundamental discordassem do emprego ofensivo do nome dos animais, por compreenderem ser uma prática inadequada e preconceituosa que prejudica a relação entre os humanos e que por indiferença afeta igualmente os animais, foi confirmada por intermédio da análise dos dados obtidos das respostas textuais dos questionários aplicados na pesquisa de campo.

Por fim, afirma-se que o presente estudo demonstra a necessidade de se desenvolver estratégias de educação ambiental que possibilitem o fortalecimento do vínculo de pertencimento à natureza nos estudantes, de modo a superarem o preconceito animal.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Carol J. **A política sexual da carne**: uma teoria feminista-vegetariana. Tradução: Cristina Cupertino. 2 ed. São Paulo: Alaúde, 2012.
- ALBUQUERQUE, Targelia de Souza. Paulo Freire na escola: ensinar exige respeito aos saberes e à autonomia do ser dos(as) educandos(as) e educadores(as). **Revista Construir Notícias**. Recife, PE, n. 118, maio/jun., n.p., 2021.
- ARISTÓTELES. **Política**: texto integral. 6. ed. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- BENTHAM, Jeremy. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- BÍBLIA. Gênesis. In: **Bíblia sagrada**. 175° ed. São Paulo: Ave-Maria, 2007.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União, Brasília**, DF, 05 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 set. 2024.
- BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 set. 2024.
- BRASIL. Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário**

Oficial da União, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 10 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução Nº 2, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>. Acesso em: 10 set. 2024.

CADEMARTORI, Lígia. **O que é literatura infantil**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Editora Cultrix, 1997.

CHOMSKY, Noam. **Quem manda no mundo?** São Paulo: Planeta, 2017.

DA ROSA, Marcello Zapelini. **O preconceito em relação aos animais não humanos na escola em um cenário de crise ambiental**. 2024. 142f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, Criciúma, 2024.

DEBORD, GUY. **A sociedade do espetáculo**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DERRIDA, Jacques. **O animal que logo sou**. São Paulo: Unesp, 2002.

FELIPE, Sônia Teresinha. **Ética e experimentação animal: fundamentos abolicionistas**. Florianópolis: EDUFSC, 2007.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FRIZERO, Robertson. **Conheça a chamada Zooliteratura**. 23 maio 2022. Disponível em: <https://www.frizero.com.br/2022/05/23/conheca-a-chamada-zooliteratura/>. Acesso em: 09 set 2024.

GUATTARI, Felix. **As três ecologias**. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. 6. ed. Campinas: Papirus, 1997.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura infantil brasileira: história e Histórias**. 6.ed. São Paulo: Ática, 2007. p. 14-20.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

- LAMARK, Jean-Baptiste de. **Système analytique des connaissances positives de l'homme**: restreintes à celles qui proviennent directement ou indirectement de l'observation. Paris: A. Belin Imprimeur Libraire, 1820.
- LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- LEOPOLD, Aldo. **A sand county almanac**: and sketches here and there. Oxford: Oxford University Press. 1949.
- MACIEL, Maria Esther. **O animal escrito**: um olhar sobre a zooliteratura contemporânea. São Paulo: Lumme, 2008.
- MACIEL, Maria Esther. Zoopoéticas contemporâneas. **Remate de Males**, Campinas, SP, v. 27, n. 2, p. 197-206, 2007.
- NIELSEN BOOKSCAN; SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS. **Painel do varejo de livros no Brasil**: resultados 2023 x 2022. Jan, 2023. Disponível em:
<https://www.publishnews.com.br/estaticos/uploads/2023/02/YdbMJTtGBzj4cNh8A8UvV2xZzfS6n5hbxwoYBKx8Cb3XsTPBz7rLutT1j79SanEz6UFfeF3PXH7ofU1N.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.
- OLIVEIRA, Rúbia de Cássia. A literatura infantil no Brasil: possibilidades formativas. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 28, n. 2, p. 219-235, 2003.
- RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- REAGAN, Ton. A causa do direito dos animais. **Revista Brasileira de Direito Animal**, Salvador, v. 8, n. 12, p. 16-38, set. 2013.
- RODRIGUES, Márcio dos Santos. Resenha do livro de Maciel, Maria Esther (org.). Pensar/escrever o animal: ensaios de zoopoética e biopolítica (Florianópolis: Editora da UFSC, 2011), 422p. *Historia Ambiental Latinoamericana Y Caribeña (HALAC)*, **Revista De La Solcha**, Anápolis, GO, v. 2, n. 2, p. 369-372, mar./ago., 2013.
- ROWE, J. Stan. Ecocentrism: the responsive chord. **The Trumpeter: Journal of Ecosophy**. Alberta, Canadá, v. 11, n. 2, p. 1-4, 1994.
- RYDER, R. Os animais e os direitos humanos. **Revista Brasileira de Direito Animal**, Salvador, v. 3, n. 4, 2014.
- SILVA, Diego Coimbra Barcelos da.; RECH, Adir Ubaldo. A superação do antropocentrismo: uma necessária reconfiguração da interface homem-natureza. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, Goiânia, v. 41, n. 2, p. 14-27, 2017.
- SINGER, Peter. **Ética Prática**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SKLIAR, Carlos. A educação e a pergunta pelos Outros: diferença, alteridade, diversidade e os outros “outros”. **Ponto de vista**, Florianópolis, n. 5, p. 37-49, 2003.

TIRIBA, Léa. **Crianças, natureza e educação infantil**. 2005. 249f. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2005.

YU, Mouchang; LEI, Yi. BiocentricEthicalTheories. *In*: TENG, Teng; DING, Yifan (Org.) **Environment and development**. Paris: UNESCO-EOLSS, 2009. v. 2.